



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE LOGÍSTICA INSTITUCIONAL
COORDENAÇÃO DE PATRIMÔNIO
DIVISÃO DE CONTROLE PATRIMONIAL E ALMOXARIFADO

**NOTA TÉCNICA Nº 25/2026/DICP-CPAT/CPAT/CGLI/SPOA-
MAPA/SE/MAPA**

PROCESSO Nº 21000.060752/2025-66

**INTERESSADO: COORDENAÇÃO DE PATRIMÔNIO, COORDENAÇÃO GERAL DE
LOGÍSTICA INSTITUCIONAL**

1. ASSUNTO

1.1. Trata-se da análise da impugnação interposta pela empresa **BD Apoio Empresarial Ltda.**, disponível nos autos nomeadamente de Pedido de Impugnação - DYTZ (SEI nº 50228898), em face do Edital do **Pregão Eletrônico nº 90002/2026**, cujo objeto é a aquisição de bens móveis permanentes (mesas, armários e afins) para o atendimento das necessidades de adequação de espaços físicos do MAPA, MPA e MDA.

1.2. A análise desta Equipe de Planejamento da Contratação (EPC) restringe-se ao **mérito** das questões técnicas suscitadas, considerando o Termo de Referência e os normativos aplicáveis, abstraindo-se, para fins deste parecer, do exame de tempestividade e legitimidade, competência afeta ao pregoeiro.

2. DA ANÁLISE

2.1. De forma objetiva, esta equipe de planejamento da contratação busca responder pontualmente cada questionamento realizado pelo impugnante, considerando sobretudo os aspectos técnicos face a produção do Termo de Referência e demais documentos técnicos que integram o referido edital, não sendo objeto de análise a tempestividade e legitimidade do pedido, conforme segue:

I - **"Questionamento 1 - Qual a justificativa técnica para restrição exclusiva à certificação FSC, uma vez que há também a certificação CERFLOR/Inmetro?"**

Resposta da EPC: O princípio do desenvolvimento nacional sustentável, exposto na Lei nº 14.133, de 2021, constitui um dos fundamentos das contratações públicas, integrando as dimensões ambiental, social e econômica. O objetivo da norma é fomentar a aquisição de bens que conciliem viabilidade econômica, responsabilidade ambiental e interesse público.

Como parâmetro técnico de mercado para o manejo florestal responsável, utiliza-se a certificação do Conselho de Manejo Florestal (Forest Stewardship Council - FSC), que assegura a origem legal e

sustentável de produtos madeireiros. É importante destacar, todavia, que a Administração não restringe a participação a detentores exclusivos do selo FSC, mas o estabelece como critério basilar. Em estrito cumprimento ao art. 42, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, serão aceitas certificações equivalentes que atendam aos mesmos critérios de rastreabilidade e rigor ambiental.

Ademais, conforme estabelecido no subitem 2 do Anexo III - Especificações Técnicas, características diversas das especificadas poderão ser admitidas, desde que resguardada a finalidade e a qualidade técnica exigida, ficando a critério do MAPA a sua aceitabilidade.

II - "Questionamento 2 - Qual a justificativa técnica para exigir o atendimento a determinada norma técnica sem determinar o parâmetro de aprovação?"

R.: É essencial que a Administração adquira produtos que apresentem condições de qualidade e usabilidade compatíveis com as necessidades institucionais. Para evitar critérios subjetivos de avaliação, a EPC fundamentou as especificações técnicas em normas editadas por organismos normatizadores reconhecidos.

A exigência de conformidade às normas da ABNT assegura um padrão mínimo de segurança e desempenho. Os parâmetros de aprovação encontram-se definidos nas próprias normas técnicas referenciadas, sendo desnecessária sua reprodução integral no edital. Cabe ao licitante demonstrar que o produto ofertado atende aos critérios técnicos estabelecidos nas normas aplicáveis por meio de certificados e laudos, quando aplicáveis.

III - "Questionamento 3 - Qual a base legal para exigência de certificação sem a devida acreditação da CGCRE/Inmetro?"

R.: A exigência de certificados e laudos visa garantir critérios de durabilidade, ergonomia e segurança. Dada a complexidade técnica para avaliação direta pela Administração, utiliza-se o respaldo de organismos de certificação.

No caso em análise, as certificações exigidas têm natureza ambiental e de qualidade do produto, não se confundindo com certificações compulsórias sujeitas ao regime de acreditação do Inmetro. A Lei nº 14.133/2021 autoriza a exigência de comprovação técnica idônea, emitida por organismos competentes, nacionais ou internacionais, desde que aptos a atestar o atendimento aos requisitos estabelecidos no Termo de Referência e em seus anexos.

IV - "Questionamento 4 - Qual a justificativa técnica para exigência de laudos de ensaio referentes a embalagens, uma vez que o objeto da licitação não é este, bem como os produtos podem ser acondicionados em papelão?"

R.: A exigência de laudos relativos às embalagens não tem por finalidade a contratação destas como objeto, mas sim a garantia da integridade, conservação e segurança dos bens durante as etapas de transporte, armazenamento e entrega.

Considerando o valor da contratação e a logística envolvida, o acondicionamento adequado é fator essencial para mitigar riscos de avarias, retrabalho e prejuízos ao erário. O uso de papelão ou material equivalente é admitido, desde que o laudo técnico comprove resistência compatível com a proteção do patrimônio público.

V - "Questionamento 5 - Qual a espessura mínima de cada tinta?"

R.: A Administração optou por adotar uma especificação baseada no desempenho final do produto, e não na prescrição detalhada do processo produtivo. Dessa forma, não foi fixada espessura mínima de tinta, priorizando-se critérios como resistência, durabilidade e qualidade do acabamento.

A definição do método de pintura e das camadas aplicadas é de responsabilidade do fabricante, desde que o produto final atenda aos requisitos de qualidade e vida útil previstos nas normas técnicas respectivas.

VI - "Questionamento 6 - Qual a justificativa técnica para o atendimento a normas técnicas obsoletas?"

R.: A referência a normas técnicas tem por objetivo a aferição da qualidade dos produtos, conforme autorizado pelo art. 42 da Lei nº 14.133/2021. Eventuais atualizações normativas devem ser interpretadas segundo a prática administrativa, admitindo-se o atendimento às versões mais recentes, desde que preservados ou ampliados os requisitos de desempenho originalmente exigidos no instrumento convocatório.

VII - "Questionamento 7 - Qual a justificativa para exigência de certificado para o qual não há nenhum OCP acreditado?"

R.: A exigência visa comprovar a resistência de laminados decorativos contra agentes danosos. Tal comprovação não se vincula exclusivamente a um Organismo de Certificação de Produto (OCP) acreditado, mas sim à demonstração técnica de que os requisitos da NBR correspondente foram atingidos.

A comprovação poderá ser realizada por meio de laudos de ensaio, declarações técnicas do fabricante ou outros documentos idôneos, desde que demonstrem, de forma inequívoca, o atendimento aos requisitos estabelecidos na norma técnica correspondente.

VIII - "Questionamento 8 - O licitante deve apresentar laudo de ensaio para os 13 ensaios?"

R.: Esclarece-se que os laudos de ensaio serão exigidos apenas do licitante vencedor, como condição de comprovação da conformidade do produto ofertado antes da contratação, conforme facultado pelo art. 42 da Lei nº 14.133/2021.

IX - "Questionamento 9 - Qual o resultado mínimo, esperado pelo MAPA, para estes 13 ensaios?"

R.: O resultado mínimo esperado é a conformidade integral aos

critérios de desempenho, segurança e durabilidade definidos nas normas técnicas aplicáveis a cada ensaio. Não se exige desempenho superior ao padrão normativo, mas o pleno atendimento ao patamar mínimo ali estabelecido.

X - "Questionamento 10 - Qual a justificativa técnica e o embasamento legal para restringir o laudo ergonômico emitido por ergonomista, exclusivamente aos associados da ABERGO?"

R.: Não há restrição de exclusividade. A menção à ABERGO possui caráter meramente referencial, em razão de sua reconhecida atuação técnica na área de ergonomia.

Poderão ser aceitos laudos ergonômicos emitidos por qualquer profissional legalmente habilitado, com competência técnica compatível, desde que o documento apresente metodologia adequada, fundamentação normativa e a devida responsabilidade técnica.

3. CONCLUSÃO

3.1. A manifestação técnica restringiu-se ao exame do mérito dos questionamentos, à luz do Termo de Referência, de seus anexos e dos normativos aplicáveis, não abrangendo aspectos relativos à tempestividade e legitimidade.

3.2. Da análise realizada, concluiu-se que as exigências constantes do Edital e de seus documentos técnicos encontram-se devidamente fundamentadas, não tendo sido identificadas ilegalidades, inconsistências técnicas, direcionamento ou restrição indevida à competitividade, estando o instrumento convocatório em conformidade com os princípios e disposições da Lei nº 14.133/2021.

3.3. Dessa forma, opina-se pelo indeferimento integral da impugnação apresentada, mantendo-se inalterados o Edital do Pregão Eletrônico nº 90002/2026, o Termo de Referência e os respectivos anexos.

4. ENCAMINHAMENTO

4.1. Ante todo exposto, esta Equipe de Planejamento da Contratação sugere o encaminhamento dos autos ao Pregoeiro responsável, para que proceda à decisão final quanto à impugnação, bem como adote as providências necessárias à ciência da empresa impugnante, nos termos do edital e da legislação vigente.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

**RENAN PHELIPE
NASCIMENTO LEAL**
Integrante Requisitante

(assinado eletronicamente)

**GILDO MOURA DE
CARVALHO**
Integrante Técnico

(assinado eletronicamente)

DAVI LÚCIO DE ALMEIDA
Integrante Administrativo

Ciente,

Encaminhe-se à Coordenação-Geral de Logística Institucional - CGLI/SPOA, para conhecimento e, ato contínuo, à **Coordenação-Geral de Aquisições - CGAQ/SPOA, visando à continuidade dos procedimentos.**

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

ILA MENESES ROLIM

Coordenadora de Patrimônio



Documento assinado eletronicamente por **RENAN PHELIPE NASCIMENTO LEAL, Assessor Técnico**, em 10/02/2026, às 20:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **DAVI LUCIO DE ALMEIDA, Assessor Técnico**, em 11/02/2026, às 08:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **GILDO MOURA DE CARVALHO, Agente Administrativo**, em 11/02/2026, às 09:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **ILA MENESES ROLIM, Coordenadora de Patrimônio**, em 11/02/2026, às 15:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site:

[https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **50354558** e o código CRC **FD023B9C**.

Referência: Processo nº 21000.060752/2025-66

SEI nº 50354558